



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

18, 19 e 20 de maio 2013



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Correio Lageano	Editoria: Educação	Data: 20/05/2013
Assunto: Pré-vestibular gratuito da secretaria de Educação recebe inscrições até o dia 7 de junho		Página: Online



CORREIO LAGEANO

Pré-vestibular gratuito da secretaria de Educação recebe inscrições até o dia 7 de junho

Joaçaba, 20/05/2013, Governo do Estado de Santa Catarina

A secretaria de Estado da Educação informa que estão abertas as inscrições para o pré-vestibular Pró-aluno SED/2012 que será realizado em 29 municípios catarinenses. O curso tem 3,2 mil vagas e foi criado para atender estudantes do Ensino Médio da rede pública, o curso é o maior pré-vestibular gratuito do Brasil.

A diretora de Educação Básica e Profissional da SED, Marilene Pacheco, disse que a partir deste ano há uma mudança no foco do trabalho com os estudantes. "Com as mudanças do processo de acesso ao ensino superior, ampliamos o processo de preparação dos alunos, não apenas com foco no vestibular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mas também para Udesc, Universidade Federal Fronteira Sul, sistema Acafe. O cursinho é uma oportunidade a mais de aprendizado para as provas de qualquer universidade."

O coordenador do programa, Otávio Auler, destaca a qualificação dos professores que vão trabalhar neste ano. "Os professores são especializados em cursinho pré-vestibular, o material didático é próprio e a estrutura de atuação é a mesma dos últimos 10 anos. Com certeza, teremos importantes resultados no final do trabalho", comenta.

Após as inscrições será feita análise da documentação dos candidatos e divulgação da lista de aprovados, no dia 21 de junho. O início das aulas está marcado para o dia 24 de junho com término em dezembro, conforme calendário dos vestibulares das universidades catarinenses.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Serviço	Data: 20/05/2013
Assunto: Pré-vestibular		Página: 28

DIÁRIO CATARINENSE

• **Pré-vestibular** - Estão abertas até 7 de junho as inscrições para o pré-vestibular gratuito da Secretaria de Estado da Educação. São 3,2 mil vagas disponíveis em 29 cidades catarinenses. O início das aulas será no dia 24 de junho com término em dezembro, conforme calendário dos vestibulares das universidades de SC. Inscrições no site www.prouniversidade.com.br.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia	Editoria: Opinião	Data: 20/05/2013
Assunto: A educação ultrajada		Página: 03

ANOTÍCIA

A educação ultrajada

Pesquisa realizada recentemente pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo chama a atenção para uma realidade comum à maioria das unidades da Federação: nada menos de que 44% dos professores entrevistados já sofreram algum tipo de violência na escola, entre agressões físicas, verbais, assédio moral e *bullying*. O comportamento agressivo por parte de alunos é apontado como um dos responsáveis por danos à integridade psicológica dos educadores, além de figurar entre as principais causas da desistência do magistério.

O que o levantamento indica de mais preocupante é um número cada vez maior de professores, particularmente os do Ensino

Médio, exposto à violência de grupos de alunos com distúrbios de comportamento. A maioria dos educadores já presenciou estudantes sob o efeito de drogas, alcoolizados ou portando armas brancas e de fogo.

A questão é que, enquanto o desafio não é enfrentado, as deficiências do ensino, explicadas por razões como a falta de motivação, só tendem a se agravar ainda mais, com prejuízos generalizados para os brasileiros. Escolas vêm investindo em medidas preventivas, com envolvimento dos pais. Sempre que uma agressão é consumada, porém, é óbvio que a escola precisa agir com o rigor que o aluno não encontrou em casa, para não passar também a ideia de tolerância com a violência.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Correio Braziliense - DF	Editoria: Educação	Data: 20/05/2013
Assunto: A Educação na OCDE		Página: Online

CORREIO BRAZILIENSE

A Educação na OCDE

"A transição para se tornar um país de ponta é feita por aqueles que apostam na Educação de uma maneira radical", afirma Paulo Delgado

O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, Pisa, exame da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, OCDE, lançado em 1997, avalia estudantes de 15 anos ao redor do mundo a cada três anos. Em seu último relatório, agora de 2013, é notável ver Alunos de classes desfavorecidas de Xangai e Hong Kong saírem, comparativamente, melhor do que jovens de países ricos. Ambas as cidades estão, solidamente, no topo geral das avaliações do Pisa: Xangai, com seus 23 milhões de habitantes, é a primeira no ranking internacional em todas as três áreas do conhecimento testadas.

A China ainda não permite que resultados mais gerais sobre o país sejam divulgados (o que não quer dizer que eles não façam constantes e minuciosos exames e estejam sempre atentos aos resultados publicados pelos outros países). De qualquer forma, o fato é que, segundo pesquisadores da OCDE com acesso aos exames, os resultados do resto do país, ainda que discrepantes dos observados em Xangai e Hong Kong, também surpreendem positivamente. Dos países da OCDE, os vizinhos Japão e Coreia do Sul, além de Finlândia e Canadá, são o destaque do que é praticar justiça educacional com seus jovens.

Às vezes, basta ser intuitivo para saber por que a desigualdade social caminha com a desigualdade educacional. Países ricos se mantêm na ponta através de gerações pela qualidade de sua Educação; de igual maneira, a transição para se tornar um país de ponta é feita por aqueles que apostam na Educação de uma maneira radical. Como em toda corrida, quem parte um pouco de trás tem que correr um pouco mais.

O custo alto e a desejável celeridade do processo demandam, aliás, o acompanhamento constante dos objetivos checados por avaliações montadas para tal fim. Sobre esse assunto, o mais recente estudo da OCDE sobre programas e ferramentas de avaliação do desempenho de estudantes, Professores, líderes Escolares, Escolas e sistemas educacionais em 28 dentre seus 34 países membros oferece um sumário de boas práticas. Sobretudo, mostra como o processo de decisão das políticas públicas caminha, cada vez mais, para o maior uso de evidências práticas de sucesso, focadas em detalhes logísticos e em conceituais da ação, mais do que em discussões sobre seu mérito.

Esse estudo, que foi coordenado pelo português Paulo Santiago, aponta, por exemplo, para o fato de que as "séries de reformas na Educação são desencadeadas em países da OCDE pelos resultados dos Alunos em avaliações internacionais". Países como o México começaram a definir metas de



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

resultados para Alunos no Pisa futuro, forçando a política educacional a se preocupar com o desempenho da Escola. Avaliações internas são mais eficazes se usadas para direcionar melhorias influenciadas pela comparação internacional.

Mas não adianta apenas medir o desempenho dos Alunos. É fundamental ajudar os Professores a melhorarem, pois “são os Professores o fator mais importante dentro da Escola para os resultados do Aluno”. Na maioria dos países, a avaliação tem efeito sobre promoções e velocidade de progressão na carreira e também sobre remunerações, direta ou indiretamente. Na Austrália, por exemplo, Professores se submetem à avaliação voluntariamente caso queiram ter acesso a posições com reconhecimento à qualidade do Ensino, as quais conferem pagamento adicional. Também na Austrália, a avaliação das Escolas do país é divulgada em um website do governo (www.myschool.edu.au), em que é fácil comparar os recursos, as características e os desempenhos das Escolas espalhadas pelo país. O site provê ainda uma boa introdução explicativa sobre cada Escola.

Aprofundar, valorizar e melhor trabalhar os diversos processos de avaliação é a tônica nos países que sabem que a Educação é que define a real riqueza de uma nação. Países atentos uns às experiências e desempenhos dos outros enfrentam melhor o atraso de suas sociedades. Não é para menos que essa semana em Washington a instituição mais próxima da administração Obama dedicada a pensar boa parte das políticas que depois ganharão os corredores da Casa Branca e do Capitólio — um think tank chamado “Centro para o Progresso Americano”, o CAP, na sigla em inglês — promoveu justamente um seminário intitulado O que as Escolas dos EUA podem aprender de outros países? Um dos três trabalhos apresentados foi justamente sobre Xangai. Os americanos estão intrigados com o fato de a megalópole chinesa conseguir não apenas apresentar os melhores desempenhos educacionais do planeta entre jovens de 15 anos, mas também que esse desempenho conte com maior uniformidade entre classes sociais e Escolas do que acontece nos EUA.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Agência Brasil	Editoria: Educação	Data: 19/05/2013
Assunto: Proposta em tramitação na Câmara inclui Educação financeira no currículo escolar		Página: Online



Proposta em tramitação na Câmara inclui Educação financeira no currículo escolar

Projeto propõe que o tema integre o currículo de matemática

Um projeto de lei tramita no Congresso Nacional para incluir oficialmente a educação financeira no currículo escolar nos ensinos fundamental e médio. O projeto propõe que o tema integre o currículo de matemática. Especialistas no assunto, no entanto, defendem que a educação financeira seja trabalhada de forma transversal, incluída em diversas disciplinas. Em tramitação desde 2009, o Projeto de Lei Nº 171/09, apresentado na Câmara dos Deputados, está na Comissão de Educação do Senado e aguarda para entrar na pauta.

Há também uma iniciativa do governo federal que, em 2010, publicou decreto instituindo a Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef). A partir da estratégia, foi implantado um projeto piloto em escolas públicas e os resultados foram avaliados de forma positiva em 2011. Um dos desdobramentos da experiência foi a instalação de um grupo de apoio pedagógico que, de acordo com o Ministério da Educação, discute a validação de materiais pedagógicos de educação financeira elaborados para os nove anos do ensino fundamental e também para o ensino médio.

Na rede privada de ensino, a educação financeira vem ganhando maior espaço porque as instituições tem mais flexibilidade no currículo. Um exemplo de dado sobre a implantação do tema é da consultoria Dsop Educação Financeira, que atende a mais de 500 escolas particulares em todo o país com a capacitação de professores e a distribuição de material didático. A consultoria também atende atualmente a rede municipal de educação de Goiânia, Franco da Rocha (SP), Vitória, Guarujá (SP) e Barueri (SP), com ações em diferentes estágios de implementação.

“As escolas privadas têm mais facilidade por não ter rede e há concorrência entre elas, então buscam oferecer atividades variadas. As escolas públicas têm redes muitas vezes extensas. Quando vamos para os estados, eles já têm a predisposição de ter educação financeira, mas nos municípios fica mais fácil, por ser uma rede menos extensa que a estadual e a federal”, explica o educador e consultor da Dsop Reinaldo Domingos.

Educação financeira nas escolas deve levar em conta universo infantil

Analisar as contas de energia de casa e elaborar um plano de redução de consumo e gastos para discutir com os pais são um exemplo de atividade proposta em livros de educação financeira usado nas escolas. A disciplina não faz parte do currículo oficial das instituições de ensino, mas vem



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

ganhando espaço na rede privada de educação. A intenção é que os pequenos se tornem adultos que saibam lidar com o dinheiro, planejar os gastos dentro do orçamento disponível, ficar longe de dívidas e ter reservas financeiras.

“O estímulo não é para que as crianças queiram ser ricas, mas para que elas saibam lidar com o dinheiro no seu dia a dia. Isso fará com que elas tenham menos problemas financeiros, logo terão menos estresse e assim terão mais qualidade de vida”, explica o autor de livros de educação infantil para o ensino médio e especialista no tema, Álvaro Morelli.

Não há um consenso entre os especialistas sobre a idade ideal para que as crianças comecem a ter noções de educação financeira. Alguns defendem que o conteúdo deve entrar no currículo escolar já a partir da educação infantil, outros acreditam que o melhor é começar no ensino fundamental.

Para Morelli, o importante é que o conteúdo seja adequado à idade dos estudantes e trate de situações práticas da rotina das crianças e dos adolescentes para despertar o interesse e facilitar o aprendizado. “A educação financeira infantil não deve trazer assuntos de adultos para as crianças. É preciso falar de dinheiro relacionado a brinquedo, passeio, lanche e aí introduzir fundamentos de educação financeira”, defende.

Seguindo a tendência de interdisciplinaridade apontada pelo Ministério da Educação para o ensino, Álvaro Morelli explica que o ideal é que o tema não entre no currículo como uma disciplina isolada, mas seja trabalhada de forma transversal, inserida no conteúdo de matérias como matemática, história, artes e física.

Os especialistas explicam que a educação financeira deve ter uma temática ampla e abordar também o consumo consciente e ambientalmente sustentável. São orientações para as crianças cuidarem dos próprios brinquedos, do material escolar, apagar a luz ao sair do quarto e fechar a torneira enquanto escova os dentes.

Além do impacto que o aprendizado pode ter na vida dos jovens e crianças, quando os pais não têm uma situação financeira organizada, a orientação que os filhos recebem na escola pode fazer a diferença em casa. “Temos casos de pais saindo do endividamento depois que aprenderam educação financeira com os filhos. É um processo cíclico. Aliás, como foi a educação ambiental, como vai ser a educação para o trânsito”, diz o educador da consultoria Dsop Educação Financeira Reinaldo Domingos.

A capacitação dos professores é outro elemento fundamental nesse processo. Em alguns casos, é preciso primeiro incorporar a educação financeira à vida dos professores, para que depois eles transmitam o conteúdo aos alunos, segundo Reinaldo Domingos. “O professor acaba assumindo para ele primeiro a educação financeira, para arrumar a vida e a da família dele, aí é treinando pedagogicamente para colocar esses ensinamentos para as crianças de forma ordenada”, diz.

Projeto sobre salário mínimo leva alunos a entender valor do dinheiro

"Quanto vale o salário mínimo?". A pergunta foi feita aos alunos do 5º ano do Colégio Arquidiocesano de São Paulo e a resposta veio logo em seguida: R\$ 678. "O governo diz que uma pessoa tem que receber pelo menos isso para se sustentar", disse Rodrigo Giorjão, 11 anos. O que



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Rodrigo ainda não sabia é o que esse dinheiro poderia comprar. "Não é muito. Deve ficar apertado. Tem que decidir bem o que fazer", avaliou.

Priorizar. O nome pode ter soado estranho no começo, mas a classe de Rodrigo aprendeu bem o que ela significa quando o desafio é definir como a renda deve ser aplicada. "Comida não pode faltar. Fizemos uma pesquisa para saber quanto custa a cesta básica", destacou. As lições de educação financeira mostraram aos alunos que é preciso colocar na ponta do lápis cada despesa para não deixar faltar o essencial. "Comida, transporte, roupa... E tem também as contas e os impostos", enumerou.

A partir de exemplos práticos, a turma do 5º ano exercitou contas de matemática, aprendeu a ler rótulos de produtos, calculou medidas e, sobretudo, entendeu que o valor do dinheiro pode ser relativo. "A gente viu o quanto é difícil viver com um salário mínimo, mas, mesmo assim, muita gente vive com ele, poupando cada centavo", relatou Helena Figueiredo, também de 11 anos. Ao olhar as vitrines do shopping, Helena agora sabe o que seria possível comprar com o valor descrito na etiqueta. "Eu já vi um casaco que custava um salário mínimo!", disse, admirada.

A coordenadora do projeto, Carolina Riego Lavorete, que é professora de matemática, explicou que, além de abordar os conteúdos das disciplinas, a temática permite trabalhar valores éticos e humanos. "Quando a gente faz o link do que eles gostariam de comprar com o que é possível adquirir com o salário mínimo, eles acabam refletindo. A gente fala sobre o poder da mídia de influenciar os nossos desejos de consumo e eles começam a pensar: será que eu preciso disso? Refletir sobre isso desde cedo, é muito importante", avaliou.

O consumo consciente foi um dos aprendizados adquiridos por Rodrigo. "Acho que devemos comprar açúcar orgânico e outros produtos também. Eles são mais saudáveis, não têm aditivo químico e não prejudicam o meio ambiente", destacou. Para garantir a compra adequada dos produtos, ele garantiu que passará a acompanhar o pai nas idas ao supermercado. "Às vezes meu pai pensa que eu sou meio exagerado nessa questão de ecologia. Quero convencê-lo de que isso é o melhor", declarou.

Entidade defende educação financeira no ensino fundamental

Administrar melhor as despesas pessoais, iniciar uma poupança e ser agente multiplicador de uma atitude financeira saudável são alguns dos avanços observados no comportamento de estudantes do ensino médio que participaram de um programa piloto de educação financeira em 450 escolas do país. Os resultados da ação, desenvolvida em 2008 pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (Conef), demonstram os benefícios de uma política que trabalhe esse tema de forma transversal nas escolas.

A avaliação dos alunos apontou que 63% dos jovens que tiveram as aulas pouparam pelo menos uma parte de sua renda. O percentual cai para 59% no caso de estudantes que não participaram do projeto – alunos de 450 escolas que foram selecionados para funcionar como grupo controle. "Os resultados foram muito significativos. Os jovens [participantes do projeto] saíram com um conhecimento muito superior em relação ao grupo controle. Eles transformaram conhecimento em atitude", destaca Silvia Moraes, superintendente da Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF).



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

São esses avanços que a associação espera replicar em um projeto piloto com 820 escolas do ensino fundamental. "Percebemos que o tema da educação financeira não é aplicável exclusivamente ao ensino médio. Nessa fase, você já vai para o dia a dia do aluno, são situações práticas. Se você trabalha a educação financeira desde os anos iniciais, você possibilita que o conteúdo seja incorporado à vida dessa criança", avalia Silvia. Ela informou que o material pedagógico composto de nove livros, construído em parceria com o Ministério da Educação (MEC), está em fase de finalização.

"Ainda não há previsão de quando devemos implementar a impressão dos livros e a capacitação dos professores, porque dependemos do financiamento de parceiros", explica. Em relação ao projeto desenvolvido como piloto para o ensino médio, Silvia Morais informa que uma parceria com o MEC vai possibilitar a distribuição dos livros para 3 mil unidades que desenvolvem os programas Ensino Médio Inovador e Mais Educação. "Devemos iniciar a capacitação dos professores no próximo ano."

A superintendente acredita que educação financeira deve ser entendida como um tema estratégico para o país, especialmente considerando a atual conjuntura econômica. "O momento pede que o cidadão brasileiro saiba tomar decisões conscientes quanto à tomada de crédito e quanto ao planejamento do seu futuro. Historicamente, somos uma nação que toma decisões pautadas pelo presente. A educação financeira permite que tenhamos capacidade de colocar os aprimoramentos que o sistema financeiro oferece a nosso favor e não contra", avalia.

Silvia Morais destaca ainda que a discussão financeira nas escolas propõe o debate sobre consumo sustentável. "Não falamos só sobre o impacto das decisões deles, por exemplo, no crédito, no endividamento. A educação financeira tem a ver com as decisões da vida de um cidadão, mas não só. A forma de consumo tem impacto também no meio ambiente", aponta. Esse é um dos motivos que leva a associação a defender a adoção do tema como conteúdo transversal nas escolas. "Ele fortalece outras disciplinas. É um elemento desencadeador de diversas discussões", defende.

A AEF é uma organização sem fins lucrativos criada pelas quatro entidades do mercado financeiro que compõem o Conef. Além de oito organismos governamentais, compõem o comitê: Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg) e Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

"A Estratégia Nacional [de Educação Financeira, Enef, criada em 2010 pelo Decreto nº 7.397] é um documento que fala que a educação financeira tem três pilares estratégicos de atuação: informação, orientação e formação. Mas não indica projetos", explica a superintendente. De acordo com ela, os projetos da AEF são submetidos ao Conef, que os avalia. "Firmamos um convênio com o comitê e assumimos a responsabilidade de execução da Enef", informa.

Além dos projetos nas escolas, a AEF pretende mapear as iniciativas gratuitas de educação financeira nas escolas. "Conseguimos identificar 150 iniciativas no país. Isso foi o que conseguimos com o nosso radar, digamos assim, mas temos certeza de que é muito mais do que isso", diz Silvia Morais. Ela destacou que, nessa primeira análise, observou-se um número maior de instituições de



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

governo e do setor financeiro. "O que a gente quer ver agora é para além disso, quem é mais que está oferecendo ações e atividades de educação financeira gratuitas", explica.

A primeira etapa do mapeamento consiste em analisar em profundidade essas experiências já selecionadas. "Queremos saber o que faz, como faz, com que qualidade técnica, qual o perfil de profissionais envolvidos, para qual público", exemplifica. Em seguida, será divulgado um cadastramento online desse tipo de iniciativas. "A partir daí, vamos poder fazer uma análise do que isso significa: são muitas? São poucas? Como podemos avançar?", completa.